

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
NÚCLEO DE FORMAÇÃO DOCENTE
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

VALÉRIA MARIA BARROS PIRES

**A FORMAÇÃO POLÍTICA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: O CASO
DO PROJETO DE ESCOLA ZÉ PEÃO**

CARUARU

2018

VALÉRIA MARIA BARROS PIRES

**A FORMAÇÃO POLÍTICA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: O CASO
DO PROJETO DE ESCOLA ZÉ PEÃO.**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura
em Pedagogia da Universidade Federal de
Pernambuco (CAA) para obtenção do título de
Licenciado em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Viana Araújo

Caruaru

2018

Catálogo na fonte:
Bibliotecária – Sim Xavier CRB/4-1242

P667f Pires, Valéria Maria Barros.
A formação política na educação de jovens e adultos: o caso do Projeto de
Escola Zé Peão. / Valéria Maria Barros Pires. – 2018.
51f. : 30 cm.

Orientador: Alexandre Viana de Araújo.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de
Pernambuco, CAA, Pedagogia, 2018.
Inclui Referências.

1. Educação de jovens e adultos. 2. Projeto de Escola Zé Peão. 3. Educação popular.
4. Política e educação. I. Araújo, Alexandre Viana de (Orientador). II. Título.

370 CDD (23. ed.)

UFPE (CAA 2018-159)

VALÉRIA MARIA BARROS PIRES

**A FORMAÇÃO POLÍTICA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:
O CASO DO PROJETO DE ESCOLA ZÉ PEÃO.**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura
em Pedagogia da Universidade Federal de
Pernambuco (CAA) para obtenção do título de
Licenciado em Pedagogia.

Caruaru, 20 de 07 de 2018.

BANCA EXAMINADORA

ALEXANDRE VIANA ARAÚJO

CEZAR GOMES DA SILVA

RAIANNY KELLY NASCIMENTO ARAUJO

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, por ser a melhor referência de mulher e ser humano que eu tenho e por ter dedicado sua vida em favor da nossa vida (minha e dos meus irmãos), foi graças aos seus valores que eu segui a trajetória que me trouxe aqui. A minha irmã Rachel por ter sido meu suporte sempre, sem ela não teria feito esse trabalho e sequer, terminado o curso de pedagogia. E a todos os meus irmãos, que sempre estiveram e estão dispostos a contribuir em qualquer momento que um de nós precisarmos, inclusive, para a conclusão deste trabalho.

Agradeço imensamente a meu orientador Alexandre Viana Araújo, pelo qual dedico uma admiração enquanto Professor, mestre e ser humano que ele é, consegue, como diz Che Guevara: Endurecer ser perder a ternura. Faz-nos rir, mesmo quando nos faz os mais sinceros ‘puxões de orelhas’ e, principalmente nos ajuda a compreender esse caminho de pesquisadora. Serei sempre grata pela paciência empreendida, pela disposição em ajudar e orientar o melhor caminho para a realização deste trabalho.

Agradeço aos seres iluminados dessa terra: Pedro Emmanuel, Aline Santos, Aline Souza, Samanta Gabriely, Marciano Silva e Rogéria Simone que tanto me deram forças para não só ver que era possível chegar, como suportar os momentos que pareciam não ser.

Agradeço à coordenação do PEZP e ao Sintrincom pela disposição em contribuir com esta pesquisa, em abrir as portas do Projeto para mim e pela recepção calorosa que me envolveram.

Agradeço aos companheiros de militância pela força e paciência nas ausências das atividades. Aos companheiros da Paraíba, em especial Rafael Freire e Claudiane Lopes que me receberam de braços abertos para a realização desta pesquisa.

Os filósofos limitaram-se a interpretar o mundo de diversas maneiras; o que importa pois, é transformá-lo (Karl Marx)

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar como o Projeto de Escola Zé Peão- PEZP, contribui para a Formação Política dos seus educandos. Implantado desde 1990, o Projeto é uma iniciativa de educação de jovens e adultos- (EJA) que acontece por meio de uma parceria entre o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil (SINTRICOM) e Universidade Federal da Paraíba (UFPB), na cidade de João Pessoa- PB. O PEZP apresenta entre seus objetivos contribuir com a elevação do nível de escolaridade dos operários e promover a formação política dos mesmos. No que se refere aos aspectos metodológicos, trata-se de uma pesquisa qualitativa, através do método de estudo de caso, onde foi feita inicialmente um levantamento bibliográfico. Como fonte para a coleta dos dados foram realizadas análise dos documentos norteadores do PEZP, como também, entrevistas semi-estruturadas com os atores envolvidos diretamente na materialização do Projeto, os dados levantados foram analisados pela técnica de análise de conteúdo. De modo que os nossos resultados apontaram que a formação política é identificada no Programa do PEZP nos tópicos que tratam da: fundamentação teórica; o princípio da contextualização e nos objetivos do PEZP. Já as falas apontaram para o surgimento de três categorias: O Projeto como forma de levar a escolarização aos operários das obras e potencializando a luta sindical; mudança de comportamento dos participantes como alguns dos resultados a partir da entrada no Projeto e contribuições além dos elementos da escolarização. Pelas quais perpassam os aspectos da formação política.

Palavras chaves: Formação política, Educação de Jovens e Adultos, Projeto de Escola Zé Peão

ABSTRACT

This paper aims to analyze how the Zé Peão School Project - PEZP, contributes to the Political Formation of its students. Implemented since 1990, the Project is an initiative for the education of young people and adults (EJA), which takes place through a partnership between the Union of Construction Workers (SINTRICOM) and the Federal University of Paraíba (UFPB) in the city of João Pessoa- PB. Among its objectives, the PEZP contributes to raising the level of schooling of workers and promoting their political formation. With regard to the methodological aspects, this is a qualitative research, through the method of case study, where a bibliographic survey was done initially. As a source of data collection, the PEZP guiding documents were analyzed, as well as semi-structured interviews with the actors directly involved in the materialization of the Project, the data collected were analyzed by the content analysis technique. So our results pointed out that political formation is identified in the PEPP Program in the topics that deal with: theoretical foundation; the contextualization principle and the objectives of PEZP. Already the statements pointed to the emergence of three categories: The Project as a way of bringing schooling to the workers of the works and potentializing the union struggle; change in participants' behavior as some of the results from the entry into the Project and contributions beyond the elements of schooling. These are the aspects of political formation.

Keywords: Political formation, EJA, Zé Peão School Project

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 COMPREENDER A FORMAÇÃO POLÍTICA A PARTIR DOS TEÓRICOS.....	13
3 PANORÂMICA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL	20
4 CONHECER O CAMPO A PARTIR DAS CONTRIBUIÇÕES DOS TEÓRICOS	25
5 A FORMAÇÃO POLÍTICA NO DOCUMENTO PROGRAMA DO PESZP.....	32
6 A FORMAÇÃO POLÍTICA A PARTIR DAS FALAS DOS ATORES QUE IDEALIZAM E MATERIALIZAM O PEZP.....	38
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS	49

1 INTRODUÇÃO

Há mais de vinte e cinco anos operários da construção civil da cidade de João Pessoa, capital do Estado do Estado Paraíba, convivem no interior de seus galpões, refeitórios, alojamentos ou em alguma parte dos canteiros de obra, com uma experiência formativa que vem rompendo com a rigidez do trabalho típico da construção civil. O que durante o dia funciona enquanto parte da construção do prédio, no período noturno se transforma em sala de aula, possibilitando que ‘operários tornem-se educando’ e ‘educandos em professores’.

A partir desse momento ‘tijolo sob tijolo’ não significa mais, para eles, erguer uma parede, passa a ser também a construção de seus saberes. Foi assim que o Sindicato da Construção Civil da Paraíba (SINTRICOM) e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) deram vida a um dos projetos que mais se destaca na iniciativa da educação de jovens e adultos, o Projeto de Escola Zé Peão (PEZP).

Por motivos da realização do Congresso do movimento sindical “Luta de Classes”, tive a oportunidade de conhecer os trabalhos de lançamento da revista fotográfica que comemorava os vinte anos de existência do Projeto Escola Zé Peão. Durante a apresentação das fotos para a revista, algumas questões me despertavam a atenção, dentre elas, a forte semelhança da realidade daqueles operários em João Pessoa com a realidade que eu havia conhecido aqui em Caruaru, porém, com um diferencial.

Nesta direção, entender os caminhos que aqueles protagonistas percorreram para transformar a realidade daquele lugar a partir das conquistas individuais, do letramento de cada trabalhador, além de também compreender as conquistas coletivas que esta experiência pôde proporcionar naquela realidade, despertava minha curiosidade. Assim, a iniciativa de estudar à temática, parte da relevância que essa experiência social apresenta para sociedade, bem como das possibilidades que cercam o desejo de implantar na construção civil de Caruaru-PE, iniciativas análogas a estas.

Em virtude da militância em movimento sindical, ao longo dos anos conheci alguns canteiros de obras na cidade de Caruaru-PE, onde também identifiquei a dificuldade das pessoas em compreender as mensagens dos seus interlocutores, fosse o anúncio no mural da empresa, fosse o jornal do sindicato, o que levava muitas vezes a obstrução ou superficialidade da comunicação, principalmente entre o Sindicato e sua base, causados em grande parte pelo alto índice de analfabetismo entre os operários. O que me incomodava era perceber que apesar de haver uma cláusula na convenção trabalhista que rezava sobre a alfabetização dos trabalhadores, nada de prático havia se instalado sobre essa problemática aqui em nossa cidade.

Além dessas, outra razão que me levou a debruçar sobre este trabalho é a dimensão acadêmica que ele se propõe contribuir, já que a pesquisa sobre este projeto permite uma compreensão mais ampla a respeito do campo de atuação do pedagogo para além do espaço da escola, contribuindo para maior debate a respeito da formação dos educadores nesses espaços, em particular, na modalidade de educação de jovens e adultos. São por esses motivos que entendemos a relevância desse estudo.

A formação política para vários teóricos que embasam nossa pesquisa se trata de um processo educativo que os sujeitos experimentam de modo a transformar-se de dentro para fora, a partir dos seus questionamentos enquanto indivíduos e sujeitos coletivos participantes de uma sociedade na qual as relações sociais estão estabelecidas de modo a preservar os interesses de determinados grupos em detrimentos de outros.

Reconhecer essas relações sociais, se auto enxergar dentro delas, questioná-las e sentir a necessidade de transformá-las são processos da formação política, chamada também de tomada de consciência, educação crítica, educação problematizadora, formação dos intelectuais orgânicos, dentre outros termos. Os quais significam na prática o acesso à determinados conhecimentos que contribuem para uma inquietação através da mediação pedagogia fundada nos princípios de transformação social.

Uma vez delimitado nosso objeto de pesquisa¹ “a formação política na educação de jovens e adultos”, tomamos a partir dessas reflexões como nossa questão-problema que propõe a investigar se: Será que o Projeto de Escola Zé Peão contribui para a formação política dos seus educandos? Nosso objetivo geral é analisar se o Projeto de Escola Zé Peão contribui para a Formação política dos seus educandos. Como objetivo específico temos: (i) descrever o Projeto de Escola Zé Peão, apresentando os elementos estruturantes; (ii) analisar no programa os conteúdos que sinalizam para a formação política dos participantes do Projeto de Escola Zé Peão e Identificar nas falas dos "entrevistados" os elementos que apontem para a formação política dos alunos do Projeto de Escola Zé Peão.

Nossa metodologia se baseou na abordagem qualitativa por acreditamos no “o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”. (MINAYO, 2008 p. 21). Uma vez que no estudo realizado procuramos identificar,

¹A respeito do nosso objeto de pesquisa, os anais do Congresso Nacional de Educação (Conedu) foram escolhidos como base de busca de dados, visto que têm se configurado um evento importante nas temáticas de educação e têm atraídos pesquisadores de várias partes do país. De modo que as buscas nos três últimos anais do Congresso (2015/2016/2017) foram consideradas suficientes para nos oferecer um apanhado de produções mais recentes na área de pesquisa, considerando conseguir um panorama das discursões em torno do objeto.

reconhecer e valorizar os significados das ações, a realidade, os valores das falas e atitudes dos sujeitos.

Para fins desta investigação foi utilizado a técnica de Análise de Conteúdo em Chizzotti (2013), enquanto um primeiro exercício de aproximação metodológica “[...] a análise de conteúdo é uma dentre as diferentes formas de interpretar o conteúdo de um texto que se desenvolveu, adotando normas sistemáticas de extrair os significados temáticos e significados lexicais, por meio dos elementos mais simples de um texto”. (CHIZZOTTI, 2013 p. 114). Ainda sobre a análise de conteúdo Bardin (2011) vem apontá-la como

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (BARDIN, 2011, p. 48).

De maneira que essa perspectiva veio atender nossa necessidade, uma vez que seus métodos nos direcionam captar as mensagens que emergiram do campo (para fins da pesquisa) e a partir das teorias já desenvolvidas a cerca o nosso objeto, pudemos fazer nossas relações e interferências com o intuito de atender os questionamentos que nos motivaram ir à campo e nos debruçarmos na pesquisa.

Quanto à nossa estratégia de pesquisa optamos pelo estudo de caso, entendo que “[...] tal investigação permitirá inicialmente fornecer explicações no que tange diretamente ao caso considerado, e elemento que lhes marcam o contexto” (LABILLE; DIONNE, 1999, p 155). A opção pelo estudo de caso nos favorece a vantagem de aprofundar a respeito da realidade particular do nosso objeto e compreender a dinâmica do seu desenvolvimento. “Assim, tal estudo bem como tudo não poderia se contentar em fornecer uma simples descrição que não desembocasse em uma explicação, pois como sempre, o objetivo de uma pesquisa não é ver, mas sim compreender” (LABILLE; DIONNE, 1999, p. 157).

Parte da nossa pesquisa se deteve em fazer uma análise documental do Programa do PEZP como norteador dos seus princípios, objetivos, metodologia e estrutura. Sendo assim, enxergamos a importância destas bases quando Labille e Dionne (1999) nos afirmam que “[...] pouco importa sua forma, os documentos apontam informação diretamente: os dados estão lá, resta fazer uma triagem, criticá-los, isto é, julgar sua qualidade em função das necessidades da pesquisa, codificá-los ou categorizá-los” (LABILLE; DIONNE, 1999, p.166).

A coleta de dados foi realizada com a utilização do instrumento “entrevista semi-estruturada” que nas palavras dos autores supracitados se constitui enquanto uma “[...] série

de perguntas abertas, feitas verbalmente em uma ordem prevista, mas na qual o entrevistador pode acrescentar perguntas de esclarecimento” (LABILLE; DIONNE, 1999, p. 188). A escolha por este instrumento se dá no sentido de, segundo os autores, oferecer uma vantagem de nela ser extraído o caráter rígido que tem o questionário, uma vez que o entrevistado pode ficar mais à vontade para formular respostas de caráter mais pessoal, já que dessa maneira não se impõe respostas, o que contribui para obter uma melhor ideia do que realmente pensa e certifica o entrevistado.

Os critérios estabelecidos para selecionar os sujeitos que participaram da pesquisa atentaram para escolha das representações que concebem o processo de formação no Zé Peão, os que têm a responsabilidade de idealizar, planejar, materializar e avaliar as diretrizes do projeto. Nossos sujeitos serão identificados no decorrer do estudo como: Coordenador 1, Coordenador 2, Coordenadora 3 e Coordenadora 4.

Nosso trabalho segue o caminho do que se propoe nossos objetivos específicos, primeiro fazendo a descrição do PEZP ao passo que nos situa a atual situação do mesmo. Em seguida passaremos a análise dos documentos a partir do campo, o qual contribui para embasar os princípios que norteiam a prática educativa do PEZP, no caso, o seu Documento/Programa.

A última parte da discussão é a análise das falas dos entrevistados com vistas a captar os elementos que nos fazem compreender como acontece a formação política no PEZP ao passo que dialogamos com os teóricos para compreender as perspectivas de formação política empreendidas por esses sujeitos. Por fim, concluiremos apresentando os resultados apontados através da análise e descrição realizados com vistas e responder a pergunta de nossa questão-problema.

2 COMPREENDER A FORMAÇÃO POLÍTICA A PARTIR DOS TEÓRICOS

No debate sobre a importância da formação política dentro dos movimentos sociais Lage (2013) aponta que a educação tem objetivos de ir além de proporcionar o processo de escolarização dos sujeitos que por diversos motivos ficaram de fora do ensino regular, muito menos se detém em completar a aquisição daquilo que a escola formal não foi capaz de dar conta.

Para Lage (2013), a educação nos movimentos sociais assume um papel politizador à medida que proporciona uma formação humanizadora, quando os sujeitos são tocados e sensibilizados para se colocar no lugar do outro e se reconhecer no semelhante, uma educação que problematize as condições de vida dos sujeitos em uma compreensão de transformar esta realidade a partir da ação coletiva, isto fica claro em suas palavras

A educação dentro dos movimentos sociais renova no sujeito o desejo de estudar por diversas razões, tais como o sonho da conquista de direitos, a descobertas de novas subjetividades, a perspectiva da apropriação do saber como aspecto importante instrumento da capacitação para a luta política, a realização pessoal entre outras. (LAGE, 2013 p. 30).

Neste sentido, a autora aponta que a educação é vista para além de representar a simples instrumentalização de conhecimentos e habilidades com as quais os sujeitos possam manipular de forma alienada para atender determinadas exigências de sobrevivência dentro da sociedade capitalista. Assim, ela é concebida como um instrumento pelo qual se dará as condições de liberdade, de opressão, do jugo do capitalismo vivido pelo povo que precisa lutar, pois através dela pode se romper os grilhões da ignorância que o aprisiona tornando-o servil.

É nesse momento que pensar num projeto de educação é pensar em experiências formativas que articuladas com o cotidiano desses sujeitos lhes possibilitem a reflexão de suas condições de subalternos, à medida que possam questionar a lógica dessa realidade e que os impulsionem o desejo de mudar essas relações excludentes. Portanto, a educação para os movimentos sociais tem uma conotação política muito explícita e intencional.

Seguindo esse viés, a formação política pode ser compreendida enquanto um processo que perpassa o ato formativo, almejando assim, a finalidade educacional, em uma relação permanente de troca de saberes.

[...] a partir da formação de uma consciência política, adquirida tanto nas vivências coletivas, como nos processos de formação política ou técnica. Isto resulta na formação de uma identidade revolucionária, na qual forja um novo sujeito capaz de confrontar a classe dominante sobre sua própria condição de opressora, por meio da luta, que capacita seus sujeitos a

questionarem as condições estruturais dos fenômenos sociais que violentamente, os colocam na condição de oprimidos. (LAGE, 2013, p.33)

É por isso que os movimentos sociais têm atribuído cada vez mais para si a função pedagógica de promover o acesso aos conhecimentos científicos e culturais que historicamente a humanidade pôde construir e sistematizar. Ao perceber que através destes conhecimentos podem promover a formação política de suas bases, Brandão (2006) vem apontar que a escola não é o único local para vivência da educação:

Afasta-se de ser tão somente uma atividade “de sala de aula” de “escolarização popular”, e busca alternativas de realizar-se em todas as situações de práticas críticas e criativas entre agentes educadores “comprometidos” e sujeitos populares “organizados”, o em processo de organização de classe. (BRANDÃO, 2006 p. 84).

Freire (2001) afirma que o modo de pensar que os sujeitos constituem se dá de acordo com as ideologias de classes que devem influenciar suas visões de mundo, em particular da ideologia dominante na sociedade, a qual goza de maior influência por estar associada aos interesses da classe que está no poder econômico, político e social, interesses estes de conservação das relações sociais e, portanto, de manutenção da sua condição de opressão.

Para o autor, o processo da formação política dos sujeitos passa por determinadas etapas fundamentais que precisam ser consideradas quando se quer promover uma educação problematizadora. Estas etapas vão desde a o reconhecimento da existência de várias classes ou grupos sociais antagônicos, até a necessária ação consciente dos homens para transformação dessa sociedade a partir da reflexão sobre estas ações. Conforme destaca Freire (2001)

Como processo de conhecimento, formação política, manifestação ética, procura da boniteza, capacitação científica e técnica, a educação é prática indispensável aos seres humanos e deles específica na História como movimento, como luta. A História como possibilidade não prescinde da controvérsia, dos conflitos que, em si mesmos, já engendrariam a necessidade da educação. (FREIRE 2001, p. 10)

O autor vem afirmar a necessidade que a classe burguesa tem de fazer das consciências dos trabalhadores o lugar de hospedagem de suas ideologias de opressor, fazendo com que os mesmos não enxerguem sua condição de oprimidos, pelo contrário, que passem a admirar e tomar como referência as condições e o modo vida dos seus patrões, das quais exacerbam o “esforço individual” o ‘direito natural de herança’ e ‘a propriedade privada’ como sagrados atemporais e imutáveis.

Além de vender a falsa ilusão de oportunidades iguais para quem quer chegar à “ascensão econômica e social” de acordo com o modelo de vida burguês. “Para eles, o novo homem são eles mesmos, tornando-se opressores de outros. A sua visão de homem novo é uma visão individualista” (FREIRE, 1987 p. 18). Portanto, trata-se de seres duplos, que de origem de classes oprimidas, compram a ilusão de classes que os oprimem.

Para que estes sujeitos possam participar do processo de sua libertação, é necessário antes de tudo, que se descubram nesta contradição na medida em que se descobrem “hospedeiros do opressor” (FREIRE, 1987, p.17). A estrutura do seu pensar está condicionada na contradição da situação vivida concreta de oprimido e a ideologia aderida, de se tornar ele também um opressor. Considerar esta fase do desenvolvimento da consciência dos homens, constitui a primeira fase da formação política que a educação problematizadora deve assumir.

Por outro lado, por mais que os capitalistas se esforcem para influenciar cada vez mais a classe trabalhadora, na intenção da mesma aceitar passivamente sua condição de domínio, existe, ao que Freire (1987) afirmou, um limite desta influência imposto pela sua realidade concreta opressora e “nesse reconhecimento, o motor de sua libertação” (FREIRE, 1987, p.19). Contudo, reconhecer esse limite ainda não é o suficiente para a sua libertação.

É neste sentido que a intervenção de uma pedagogia libertadora não pode ficar longe dos oprimidos, pois é fundamental que contribua primeiro para este reconhecimento da existência de classes antagônicas, depois de uma “inserção crítica” nessa realidade de modo a refletir sobre esses interesses de classes e questioná-los, eis aqui o que consideramos da segunda etapa da educação problematizadora.

A pedagogia do oprimido busca a restauração da intersubjetividade, se apresenta como pedagogia do homem, somente ela, que se anima de generosidade autêntica, humanista e não humanitarista pode alcançar este objetivo. Pelo contrário, a pedagogia que partindo dos ineteresses egoístas dos opressores, egoísmo camuflado de falsa generosidade, faz dos oprimidos objetos de seu humanitarismo, mantém e encarna a própria opressão. (FREIRE, 1987 p. 22).

Freire (1987) vem chamar de “educação problematizadora” aquela que cuja pedagogia contribui para uma formação política de tomada de consciência de classes, a qual rompa com os esquemas verticais de ensino característico da “educação bancária” (FREIRE, 1987, p.39) entendida por sua vez como aquela que enxerga os alunos como seres passivos e desprovidos de qualquer conhecimento realmente válido, onde o educador detentor de toda supremacia e portanto superior aos alunos, deve salvá-los da ignorância à medida que os

mesmo consigam ‘depositar’ em suas mentes o máximo dos conhecimentos trazidos por estes professores.

Se a educação problematizadora rompe com esta lógica vertical de superioridade dos educadores no sentido de ‘guardião dos conhecimentos válidos’ se faz necessário superar a contradição entre educador e educando, pondo em seu lugar uma relação mediada pelo diálogo, lança mão de uma nova perspectiva dessa relação “É através deste que se opera a superação de que resulta um novo termo: não mais educador do educando do educador, mas educador-educando com educando-educador” (FREIRE, 1987, p.39).

De maneira que nesta nova perspectiva de relação o educador não é mais aquele que somente ensina ao passo que o educando não é mais aquele cujo papel passivo somente cápta as informações dadas. Pelo contrário, nessa nova relação mediada pelo diálogo, o educador educa e na mesma medida ele também aprende, enquanto que o educando ao ser educado também educa. Ambos tornam-se sujeitos do processo de construção do conhecimento.

Já agora ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo. Mediatizados pelos objetos cognoscíveis que, na prática “bancária”, são possuídos pelo educador que os descreve ou os deposita nos educandos passíveis. (FREIRE, 1987, p. 39).

A terceira etapa da educação problematizadora acontece justamente quando mais se problematizam os educandos de modo que os façam questionar as relações de classes, tanto mais os mesmo se sentirão mais desafiados, assim sendo, mais sentirão obrigados a respondê-los na própria ação que os compreendem “[...] precisamente porque captam o desafio como um problema em suas conexões com outros, num plano de totalidade e não como algo petrificado, a compreensão resultante tende a tornar-se crescentemente crítica, por isso, cada vez mais desalienada” (FREIRE, 1987 p. 40).

A quarta fase do processo de formação política na perspectiva freiriana é o fazer refletir para a ação consciente dos homens na transformação dessa sociedade opressora, “A educação problematizadora se faz, assim, um esforço permanente através do qual o homens vão percebendo, criticamente, como estão sendo no mundo com que e em que se acham” (FREIRE, 1987, p. 41). Para o autor, a tendência é que tanto os “educadores-educandos” quanto os “educandos-educadores” devam estabelecer uma forma autêntica de atuar e pensar de modo simultâneo, sem dicotomizar este pensar a ação.

Outro autor que contribui para a ampliação sobre a discussão da formação política é Gramsci. Nas suas obras, o referido autor destaca a função dos intelectuais orgânicos, assim como, o importante papel que o partido ideológico ocupa nesta construção. Os “Cadernos do Cárcere” vol. 2 (2006) e “Os intelectuais e a organização da cultura” (1982) são importantes exemplos de seus trabalhos nesse campo.

Gramsci percebe como fundamental o papel dos intelectuais para a formação educativa do conjunto da sociedade, divididas em diferentes e até divergentes grupos sociais, de modo que estes grupos, segundo o autor, criam para si suas próprias camadas de intelectuais “[...] que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político” (GRAMSCI, 2006, p. 15).

Os chamados intelectuais orgânicos, são aqueles que desempenham um papel de fortalecer determinados valores filosóficos e educacionais vinculados aos interesses ideológicos de seus respectivos grupos ou classes sociais, de modo que cada grupo social procura por formar os seus próprios intelectuais orgânicos, como veremos a seguir

Uma das características mais marcantes de todo grupo que se desenvolve no sentido do domínio é sua luta pela assimilação e pela conquista “ideológica” dos intelectuais tradicionais, assimilação e conquistas que são tão mais rápidas e eficazes quanto mais o grupo em questão for capaz de elaborar simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos” (GRAMSCI, 2006, p.19).

Ainda sobre os intelectuais orgânicos, Gramsci (2006) vem tratar em outra passagem de que os intelectuais das classes dominantes se configuram como “prepostos” para o “[...] exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político” (GRAMSCI, 2006, p. 21). Contudo, vale salientar que não são apenas os grupos sociais dominantes que formam seus intelectuais orgânicos.

O respectivo autor nos faz perceber que as classes oprimidas têm a necessidade histórica de produzir seus próprios intelectuais orgânicos como forma de alcançar sua liberdade de classes, “[...] por vezes, ocorre precisamente o contrário, ou seja, que as massas instrumentais, pelo menos através de seus próprios intelectuais orgânicos, exerçam uma influência política sobre os técnicos. (GRAMSCI, 2006 p. 23).

Para compreendermos melhor sobre a função desses intelectuais, funções estas que perpassam a promoção da formação política dos sujeitos, trouxe as contribuições de outros pesquisadores que expuseram sobre a temática.

Em sua tese de mestrado em educação brasileira, Oliveira (2007) faz um apanhado a respeito do pensamento político pedagógico de Gramsci, ou seja, o modo pelo qual os

trabalhadores adquirem consciência de classes (como se dá o processo da formação política), o qual segundo o autor acontece por meio da mediação entre, por um lado, o projeto revolucionário de transformação da sociedade e, por outro, a compreensão do papel do partido político.

Considerando para tanto, a importância da cultura nesse processo, entendida por sua vez, como “[...] organização, disciplina, do próprio eu interior, domínio da própria personalidade, conquista de consciência superior, compreensão do próprio valor histórico, da própria função de vida, dos próprios direitos e deveres” (GRAMSCI apud OLIVEIRA, 2007, p.78). De maneira que, a cultura assim colocada, favorece a formação da personalidade a partir da auto-reflexão coletiva.

Oliveira (2007) vem apontar que para Gramsci a formação política está relacionada com a formação de sua identidade de classes, foi assim que aconteceu com burguesia quando da revolução francesa sentiu a necessidade de acabar com os privilégios feudais e fortalecer a consciência de afirmação dos direitos e iniciativas individuais, através da luta pela ‘hegemonia’ política de direção. Do mesmo modo acontece com os trabalhadores, quando se reconhecem enquanto classes e lutam contra as condições de opressão com as quais são submetidos, neste processo de luta, vão formando a consciência de classes.

Nesta mesma perspectiva, Militão (2014) vem corroborar com Oliveira (2007) quando aponta em seus estudos que “[...] a consciência se constitui a partir da relação dialética entre estrutura e superestrutura [...] a consciência de classe é determinada por forças motrizes [...] a organização das classes subalternas é uma exigência fundamental” (MILITÃO, 2014, p. 619). Ou seja, a formação política dos trabalhadores, sua tomada de consciência de classes acontece no processo de luta na defesa dos seus direitos contra as contradições do capitalismo. Para tanto, é exigido que estas condições objetivas de contradição e de desenvolvimento das forças produtivas já estejam dadas.

Porém, as condições objetivas não são suficientes e nem haverá a luta contra o capital de modo natural ou automático, faz-se necessário também haver o desenvolvimento das condições subjetivas, ou seja, a desenvolvimento da consciência dos trabalhadores através da reflexão para a necessidade da luta, para isso é preciso a identidade de classes e a organização desta classe para acontecer a luta coletiva.

Nesse momento, entra em cena a ação revolucionária do partido como instrumento da organização coletiva dos trabalhadores, “[...] hierarquia superior deste irresistível movimento de massas; ele exerce a mais eficaz ditadura, a que nasce do prestígio, a aceitação consciente e espontânea de uma autoridade que se reconhece indispensável para o

bom êxito da tarefa empreendida” (GRAMSCI, apud MILITÃO, 2014, p. 621). Sua função de intelectual orgânico coletivo reúne a vontade unitária e popular de transformação social.

Sendo assim, Militão (2014) afirma que é a partir das relações de trabalho que os trabalhadores percebem as contradições do capitalismo e fortalecem a solidariedade classista, o que os levam a construir a sua concepção de mundo, ou seja, a construção da consciência política “somente a organização política permitirá a passagem da luta do interior da fábrica à sociedade como um todo” (MILITÃO, 2014, p.624).

Segundo Militão (2014), a concepção de partido político proposta por Gramsci é mais ampla do que estamos acostumados a compreender, visto que este considera como partido político aqueles segmentos sociais que cumprem a função de organizador coletivo: os grupos, frações, movimentos sociais, meios de comunicação, etc. Ou seja, aquelas organizações que cumprem papel educador de superação dos corporativos de classes, “e nesta perspectiva que o Partido deve educar a consciência unitária do proletariado e dos camponeses e, tendo como instrumento a cultura, tornar-se estratégico para a formação da consciência política dos subalternos” (MILITÃO, 2014, p.630).

Sob a ótica gramsciana, Costa (2014) vem corroborar com Militão (2014) quando esta afirma que o “[...] espaço das fábricas torna-se um lugar de aprendizagem” (COSTA, 2014, p.189). Nesse sentido, a organização de contra hegemonia dos grupos subalternos deve ser um espaço de educação como prática social que acontece em vários espaços, a saber: nos partidos, nas fábricas, sindicatos, nas greves e até prisões. E mais uma vez é reforçado a importância do organizador coletivo como fundamental para desagregar a ideologia dominante e a formação de intelectuais orgânicos como responsáveis pela propagação dessa nova concepção de mundo.

3 PANORÂMICA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

A educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino historicamente destinada ao atendimento dos grupos subalternos, sobretudo os trabalhadores, pobres e negros, de um modo geral, aqueles grupos excluídos do processo de escolarização na idade adequada. Seja guiada por uma perspectiva elitista de escolarização compensatória e minimalista na qual a população adulta analfabeta é vista com capacidade de aprendizagem limitada, seja numa perspectiva de superação das injustiças sociais das quais são vítimas.

Neste sentido, a educação de adultos constitui uma modalidade de ensino particularmente diferenciada, isso porque as suas marcas históricas estão entrelaçadas pela relação que esta constituiu com a educação popular, entendida por sua vez, como “[...] um dos movimentos mais questionadores do pensamento pedagógico” (ARROYO, 2005, p. 222).

Essa proximidade se deve ao fato de ambas estarem preocupadas em atender as necessidades de sujeitos que por diversos motivos ficaram à margem da sociedade “A educação popular, a EJA e os princípios e as concepções que as inspiraram na década de sessenta continuam tão atuais em tempos de exclusão, miséria, desemprego, luta pela terra, pelo teto, pelo trabalho, pela vida” (ARROYO, 2005, p. 223).

A esse respeito também nos acrescenta Oliveira (2010) quando aponta que essa quase imediata identificação entre a Educação Popular, a EJA e os processos sociais de exclusão não ocorrem por acaso.

Historicamente, a Educação Popular – em sentido estrito, a educação do povo – foi concebida e praticada em oposição à educação da elite e não como educação da população em geral. Quanto à EJA, ainda hoje, ela é tratada e discutida como uma modalidade da qual o país poderá se libertar, quando as desigualdades sociais estiverem em vias de superação” (OLIVEIRA, 2010, p. 105).

Ainda sobre a relação de educação popular com a educação de jovens e adultos, Freire (2001) afirma

Preocupada seriamente com a leitura crítica do mundo, não importa inclusive que as pessoas não façam ainda a leitura da palavra, a Educação Popular, mesmo sem descuidar a preparação técnico-profissional dos grupos populares, não aceita a posição de neutralidade política com que a ideologia modernizante reconhece ou entende a Educação de Adultos (FREIRE, 2001, p. 16).

Educar jovens e adultos significa oferecer tardiamente a uma parcela da população a oportunidade de acesso à alfabetização e aos conhecimentos científicos. Tardiamente porque

as políticas públicas que já alcançamos hoje asseguram que este acesso deva acontecer a partir da infância e adentre a juventude de modo a garantir a educação básica como direito universal.

Contudo, a realidade é a exclusão dessa parcela no que diz respeito a estes direitos básicos, o que significa dizer, negar a condição de cidadãos desses sujeitos, o que nos faz questionar quem são essas pessoas, onde vivem, como vivem. Ao realizarmos estes questionamentos logo perceberemos que se trata de pessoas que não ficaram de fora apenas do processo de escolarização, ainda pior, significa um aprofundamento ainda maior da condição de vulnerabilidade social em que se encontram.

Trata-se em grande parte, de pessoas que não tiveram condições de ir à escola no tempo hábil, pois, suas infâncias foram roubadas pela necessidade de trabalhar para ajudar a sobrevivências de suas famílias. Além desses fatores, as distancias e a falta de acessibilidade casa/escola têm contribuído para o aumento dos índices de analfabetismo no Brasil. Para as mulheres a situação é ainda pior, uma vez que somado a estas situações, a cultura de dedicar-se exclusivamente à maternidade e aos cuidados domésticos tem afastado elas da escolarização.

Os olhares tão conflitivos sobre a condição social, política, cultural desses sujeitos têm condicionado as concepções diversas da educação que lhes é oferecida. Os lugares sociais a eles reservados – marginais, oprimidos, excluídos, empregáveis, miseráveis... – têm condicionado o lugar reservado a sua educação no conjunto das políticas oficiais. A história oficial da EJA se confunde com a história do lugar social reservado aos setores populares. (ARROYO, 2005, p. 221).

A relação da educação de jovens e adultos com a educação popular acontece justamente por isso, a educação oferecida a esta parcela da população não poderá se dar como forma de compensar os prejuízos sociais que já tem sofrido, mas sim, como oportunidade dada a estes sujeitos de reflexão das condições sociais dadas, de se entender nesse contexto e principalmente de atuar como agente de transformação dessas estruturas excludentes.

Embora a história da educação de jovens e adultos sobressaia os marcos legais institucionalizados em virtude dessa influência com a educação popular como vimos anteriormente, percebemos, como nos situam Di Pierro, Joia e Ribeiro (2001) que desde a constituição de 1934 aparece a educação de jovens e adultos como política educacional.

Nos anos 40/50, reconhecemos iniciativas governamentais com vistas a implantar programas de educação de adultos, foram os casos da “[...] criação do Fundo Nacional de Ensino Primário em 1942, do Serviço de Educação de Adultos e da Campanha de Educação

de Adultos, ambos em 1947, da Campanha de Educação Rural iniciada em 1952 e da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo em 1958.” (DI PIERRO; JOIA; RIBEIRO, 2001, p.51).

Os autores nos apresentam uma visão panorâmica dos principais marcos históricos que foram as experiências da educação de adultos no Brasil. Nos anos 60 destacam-se os trabalhos de Paulo Freire sobre as experiências de educação de adultos cujos métodos de alfabetização utilizam das palavras geradoras para a reflexão das condições sociais e em seguida o estudo dessas palavras do ponto de vista do gráfico e fonético.

Com os programas de Movimento de Educação de Base (MEB), e o Movimento de Cultura Popular do Recife, protagonizadas pelas iniciativas de movimentos sociais, defendiam a necessidade de se oferecer uma educação de adultos crítica e de transformação da ordem social sob a valorização da cultura popular.

Em 1969 o Governo Federal criou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), programa que se dispunha oferecer alfabetização de adultos de modo abrangente, o qual gozava de uma quantidade significativa de investimentos financeiros e de certa independência em relação ao Ministério da Educação, além de ter um controle rígido e centralizado sob as orientações, supervisão pedagógica e dos materiais didáticos.

Contudo, debaixo de várias críticas o Programa foi extinto em 1985 assumindo o seu lugar a Fundação Educar, a qual financiava as iniciativas de educação de adultos, mas abria mão do controle político pedagógico, favorecendo a inserção de educadores populares, o que até então ocupava-se em espaços de educação não formais. A Fundação Educar foi extinta em 1990, em seguida o Ministério de Educação e Cultura- MEC criou o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC) que durou um ano, com o objetivo de mobilizar e envolver o conjunto da sociedade organizada em defesa da alfabetização da população nas diversas fases etárias, incluindo a fase adulta.

Outro marco legal que caracteriza a educação de jovens e adultos é a Lei Federal 5692/71, que regulamenta a idade correspondente para as determinadas séries/anos da educação básica, também assegura o que conhecemos como “educação supletiva”. A qual permite que os mesmos graus de ensino possam ser oferecidos a população adulta ou fora da faixa etária correspondente ao determinado ano de ensino. A educação supletiva tem dentre outras funções, a de educação para o trabalho e reposição à escolaridade.

A educação supletiva caracteriza-se pela flexibilização e pela aceleração, uma vez que a frequência da presença nas aulas é livre e o tempo para a conclusão dos graus de ensino é menor do que no ensino regular. Ainda há a modalidade de educação a distância que se utiliza muitas vezes, de

recursos como televisor e de um monitor para auxílio técnico. “Além dessas modalidades, a Lei 5692/71 manteve os exames supletivos, como mecanismo de certificação”. (DI PIERRO; JOIA; RIBEIRO, 2001 p. 62).

Os anos 90 foram conhecidos pelas reformas de Estado que pautaram nas agendas neoliberais incentivadas pelas agências de financiamentos internacionais. Em conformidade com esta política aconteceu em Jomtien (Tailândia) no ano de 1990 a Conferência Mundial de Educação da qual o Brasil participou e tornou-se signatário. Segundo Oliveira (2010) a Declaração Mundial de Educação para Todos resultado desta Conferência, trata

“a escola deverá incorporar efetivamente os conhecimentos – conteúdos e competências – necessários para que o indivíduo possa desenvolver-se física, afetiva, intelectual e moralmente, a fim de desempenhar-se com autonomia no âmbito político, econômico, e social no seu contexto de vida” (OLIVEIRA, 2010, p.107).

Esta mesma declaração estipulou metas a serem atingidas pela educação de jovens e adultos como a redução da taxa de analfabetismo e a inclusão desta à educação básica, entendendo-a esta última de modo expansionista. Contudo, Di Pierro, Joia e Ribeiro (2001) nos apontam que na prática aconteceram diversas interpretações reducionistas do conceito de “básico” de educação, focalizando a educação das séries iniciais da população infantil em detrimento da modalidade da educação para jovens e adultos.

Bárbara (2005) nos indica que desde as primeiras iniciativas de educação de jovens e adultos, esta modalidade não usufruiu da devida atenção por partes dos governantes no sentido de promover políticas efetivas para erradicar de fato o analfabetismo e promover o acesso efetivo aos conhecimentos científicos para a população adulta. Esse descaso favoreceu o aparecimento e desaparecimento de vários programas governamentais como relatados acima, os quais visavam dar conta desta demanda social histórica.

A falta de uma política pública permanente e, conseqüentemente, de financiamento específico para EJA, afasta essa modalidade de ensino do campo do direito social. Essa situação permanece mesmo agora que oficialmente a EJA passou a ser uma modalidade do ensino básico. (BÁRBARA, 2005, p.121).

A falta de investimento e de uma política de estado clara que atribua de fato as responsabilidades dos entes federativos no que diz respeito ao financiamento e gestão sob a educação de jovens e adultos fez com que esta modalidade sofresse um processo de definhamento. A existência mesmo que em condições difíceis dessa modalidade se deve ao fato de que boa parte dos municípios acabaram por assumi-la com recursos próprios mesmo que de modo descoordenados.

Contudo, o direito de acesso à EJA (Educação de Jovens e Adultos) assegurado na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional nº 9.394 (LDB) de 1996 representa um avanço, Arroyo (2005) a ponta que a LDB ao demarcar esta faixa etária da população, a identifica como educandos sujeitos sociais e culturais, jovens e adultos. “Essas diferenças sugerem que a EJA é uma modalidade que construiu sua própria especificidade como educação, com um olhar sobre os educandos” (ARROYO, 2005, p. 224).

Sobre essas especificidades Oliveira (2010) vai tratar a respeito dos conteúdos pensados para a EJA, de modo que atendam a relação com a vida cotidiana dos educandos adultos levando em consideração a população trabalhadora, “[...] no que se refere à seleção dos conteúdos, cabe ressaltar a necessidade de uma lógica que os compreendam não como uma finalidade em si, mas como meio para uma interação mais plena e satisfatória do aluno com o mundo físico e social à sua volta”. (OLIVEIRA, 2010, p. 107).

Neste contexto, devemos evidenciar que não apenas os conteúdos devem ser levados em conta, mas também, as metodologias, o tempo, as avaliações e todo um currículo, não em uma perspectiva reducionista e compensatória, mas com a finalidade de que as oportunidades de acessos aos conhecimentos escolares possam se encaixar em suas rotinas sociais com o propósito de êxito e não de frustração.

4 CONHECER O CAMPO A PARTIR DAS CONTRIBUIÇÕES DOS TEÓRICOS

Para uma maior compreensão a respeito do Projeto de Escola Zé Peão, entendemos por bem situar primeiramente que se trata de uma experiência educativa vivenciada fora dos espaços formais escolares dos sistemas de ensino, tal como conhecemos hoje, isto é, uma experiência educativa em um espaço de educação não-formal. A educação não-formal é compreendida a partir de Gohn (2010) como um conceito amplo de educação que se estende ao conceito de cultura

É um processo sociopolítico, cultural e pedagógico de formação para a cidadania, entendendo o político como a formação do indivíduo para interagir com o outro em sociedade. Ela designa um conjunto de práticas socioculturais de aprendizagens e de produção de saberes, que envolve organizações/ instituições, atividades, meios e formas variadas, assim como uma multiplicidade de programas e projetos sociais. (GOHN, 2010, p. 33)

Ao tratar sobre a educação não-formal a autora discorre sobre um processo com dois tipos de campos agrupados de acordos com seus objetivos. O primeiro campo trata sobre o que é “[...] destinado a alfabetizar ou transmitir conhecimentos que historicamente têm sido sistematizados pelos homens e mulheres”. (GOHN, 2008 p. 101). Aqui diz respeito às aprendizagens dos conteúdos da escolarização formal, porém, em formas e espaços diferenciados de modo a atender as finalidades educativas de determinadas comunidades ou coletividades a quem são destinadas às práticas educativas.

Já o segundo campo o qual “[...] envolve aprendizagens políticas dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos” (GONH, 2008, p. 98) trata dos objetivos educacionais que possibilitam a conscientização política dos sujeitos para a compreensão dos interesses pessoais, sociais e da natureza que os cercam, por meio da participação em atividades grupais.

Dito isto, podemos considerar que para além dos espaços que desenvolvam práticas educativas (seja na escola ou fora dela) a diferença fundamental da educação formal e não-formal está principalmente nas propostas educativas a quem a educação se destina. Ou seja, nos espaços de educação não-formal a dimensão política está evidenciada e até posta em primeiro plano das finalidades a serem alcançadas pelos coletivos que as promovem.

Na educação não-formal a cidadania é o objetivo principal, e ela é pensada em termos coletivos. Organizam-se processos de acesso à escrita e à leitura – por meio de métodos de alfabetização – para coletivos específicos, a saber: grupos de trabalhadores, grupos de jovens, adultos etc. (GOHN, 2008, p. 102)

É importante ressaltar ainda, segundo a autora, a educação não-formal é desenvolvida em espaços alternativos com metodologias e tempos cronológicos diferenciados além de conteúdos flexíveis com a finalidade de se adaptar as especificidades de cada grupo social que desenvolve essas práticas educativas.

É dentro desse contexto de educação alternativa, com conteúdos flexíveis e espaços/tempos diferenciados que percebemos a experiência do Projeto de Escola Zé Peão, ou seja, uma experiência de educação não-formal, já que se trata de uma experiência de educação que acontece nos canteiros de obras da construção civil de João Pessoa-PB vivenciada pelos operários da redondeza que ficam alojados nesses locais.

O Projeto de Escola Zé Peão² acontece desde 1990 em parceria do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil e do Mobiliário de João Pessoa (Sintricom) com a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), tem sido referência nacional e internacional com a conquista de prêmios da Fundação Banco do Brasil e FNDE/MEC e o Prêmio para Alfabetização da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos da América, em 2016.

Segundo o documento balizador, o PEZP nasceu da necessidade do Sindicato da categoria alfabetizar os operários que, em sua maioria, eram analfabetos ou semianalfabetos, o que dificultava a comunicação do sindicato com os seus sócios e consequentemente dificultava a construção de uma nova concepção de gestão sindical baseada nos princípios democráticos de participação, “Tais desafios resultaram na luta pela criação de um dispositivo na “negociação coletiva”, entre a classe trabalhadora e a classe patronal, que garantisse o direito à Educação Básica para o trabalhador da construção civil de João Pessoa, no próprio canteiro de obra” (SILVA, 2011, p. 200).

O Projeto da Escola Zé Peão (PEZP), apontou desde o seu começo o caráter de escola para o processo de escolarização, visando assim, oportunizar acesso aos conhecimentos de leitura, escrita e operacionalização matemática, além de outras áreas de conhecimentos científicos. Seu objetivo é alfabetizar e fomentar escolarização aos operários da construção civil dentro de uma perspectiva de educação popular.

Ireland (2005) pontua que se considerava os domínios dos conhecimentos como fundamental para a mudança do quadro apontado à cima, a medida em que os operários se apropriam desses conhecimentos potencializam suas formas sociais de luta, sendo assim, o

² A idealização dessa alternativa de educação acontece por influência do grupo político chamado Zé Peão, coletivo popular ligado a pastoral operária (que por sua vez faz parte dos setores mais progressistas da igreja católica também conhecidos como teoria da libertação). Este grupo Zé Peão, depois de ter disputado pela primeira vez em 1983 as eleições sindicais contra a então diretoria (a qual se arrastava desde os tempos da ditadura militar à frente do Sindicato) conseguiu se eleger em 1986.

conhecimento contribui para a formação da identidade subjetiva do operário como ser humano e como cidadão e a escola contribui de maneira fundamental para a formação profissional do trabalhador. “Assim, o domínio do conhecimento potencialmente fortalece a capacidade de luta do operário como sujeito coletivo, representa um direito básico seu como cidadão e, crescentemente, se torna um imperativo para resguardar o seu emprego”. (IRELAND, 2005, p. 98).

Contudo, Silva e Furtado (2017) no livro ‘aprendendo com o trabalho 25 anos de escola Zé Peão’, de organização do Professor Ireland, apontam também para a construção de uma escola que levasse em conta o processo de formação política dos operários, “Teria de se pensar numa alfabetização politizada, dotada de um significado ideológico, em que a tarefa de alfabetizar não se limitaria ao ato mecânico de ensinar a ler e escrever” (SILVA E FURTADO, 2017, p.126). Ou seja, percebemos que desde seu surgimento o PEZP já assumia seu compromisso ideológico de escolarização para a contribuição de uma nova tomada de consciência dos alunos-operários.

Quanto ao certificado de conclusão dos níveis que os educandos recebem quando concluem o ano letivo, não há uma validação formal do mesmo, porém, há um reconhecimento social do trabalho do PEZP por diversas instituições, inclusive o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) que muitas vezes solicita os certificados para determinados fins. Caso o estudante queira dar continuidade aos seus estudos em uma escola formal, a legislação educacional brasileira garante o direito de realizar uma prova de nivelamento para colocá-lo numa turma adequada ao seu nível de conhecimento.

Depois dos três primeiros anos de experiência do PEZP havia o questionamento de qual método se adoraria para a concepção de escolarização do mesmo, de modo que baseados nas experiências já vividas, percebia-se a necessidade de adotar não os métodos, mas os princípios norteadores do Projetos “revelando a sua visão de mundo, de homem, de sociedade, de educação e as ideologias que norteariam sua prática” (SILVA, 2017, p. 99). Assim surgiram os princípios de ‘contextualização’, ‘significação operativa’ e o princípio da ‘especificidade escola’.

Sob o princípio da ‘contextualização’, por ser baseado perspectiva de educação popular, orienta o PEZP a considerar o contexto que envolve a realidade dos seus educandos, suas origens, suas relações de trabalho e suas lutas coletivas. “Revelando um discurso cujos enunciados direcionam a intencionalidade de uma prática educativa escolar pautada, prioritariamente na realidade social do educando-trabalhador e suas condições sócio-históricas” (SILVA, 2017 p. 100).

Quanto aos princípios de ‘significação operativa’, trata-se do reconhecimento do acesso a educação como um direito dos operários considerando aquilo que é idealizado para as aprendizagens dos educandos e as condições dadas para que sejam atingidas estas aprendizagens, valorizando os conhecimentos já adquiridos para “[...] a ação em favor da emancipação da classe trabalhadora, revelando os indícios da educação popular” (SILVA, 2017, p. 103), equilibrando o que é possível de se fazer e o que é idealizado que se faça, a partir da mediação pedagógica nos canteiros de obras.

Questiona se há significado naquilo que está realizando o PEZP e o que este significado produz. E, ainda, se o fazer e o pensar a prática pedagógica alfabetizadora possuem sentido para este educando, como também se produz mudanças em sua condição de estudante, cidadão e trabalhador. (SILVA, 2017 p. 103).

Já o princípio da ‘especificidade escolar’ está relacionado como o fato do PEZP assumir o compromisso das aprendizagens dos conhecimentos específicos da escola, ou seja, refere ao compromisso do Projeto com o ensino escolar da leitura e escrita no seu sentido estreito, além de outras áreas do conhecimento científico como da alfabetização matemática.

Aqui se evidencia uma preocupação do projeto que segundo Silva (2017) de não negligenciar o direito dos educandos em acessar estes conhecimentos, pois ao que demonstra o referido autor, nas experiências de educação dos jovens e adultos dos círculos de cultura popular, acabava acontecendo por vezes, de supervalorizar as discussões das lutas políticas e deixavam a desejar no que diz respeito aos aspectos de assimilar as aprendizagens específicas da escola, sendo estas importante quanto as questões da luta política.

De modo que ao constituir estes princípios norteadores, há uma intenção de considerar as diversas dimensões das necessidades educativas dos educandos: considerar sua realidade no processo educativo, mediar o desejado e as condições reais para com vistas a alcançar uma pedagogia emancipatória a partir da valorização dos conhecimentos já adquiridos e por fim, contribuir para as aprendizagens específicas dos conhecimentos científicos já sistematizados pela humanidade. “Todos esses princípios, mesmo construídos ao longo dos três primeiros anos de existência do Projeto, revelam em seu discurso, sua ligação com a Educação Popular” (SILVA, 2017, p 99).

Por sua vez, a educação popular é concebida em Silva (2018) como “[...] um processo que oportuniza a formação dos seres humanos para a vida em sociedade indissociada a sua realidade histórico-social que não se limita apenas a transmitir conhecimentos ou a escolarizar” (SILVA, 2018, p. 272). E portanto, não se restringe ao espaço da escola formal, mas sim nos espaços onde as relações sociais se configuram uma oportunidade formação humana.

Segundo o mesmo autor, os objetivos da educação popular é essencialmente desenvolver os seres humanos com vistas a alcançar a sua emancipação considerando suas realidades históricas e regionais para transformá-las em favor dos interesses dos grupos oprimidos. Para tanto, apresenta-se em seus conteúdos pedagógicos duas características: os conteúdos educacionais e os conteúdos operativos.

A primeira, conteúdos educacionais, diz respeito à necessária correspondência que os conteúdos propostos nos planejamentos e currículos das escolas precisam ter com a realidade concreta dos educandos, precisam ter sentido para eles. É o que vemos a seguir “O primeiro, conteúdo educacional, foi possível identificar a integração do homem ao processo de desenvolvimento e os programas planejados em parte com as instituições da comunidade e com os alunos e que responda a sua realidade existencial” (SILVA, 2018, p. 274-275).

Já a segunda característica, conteúdos operativos, trata da finalidade de “[...] cabe à educação popular desenvolver nos sujeitos certas habilidades que possam contribuir em suas relações sociais amplas, como a capacidade de dialogar e trabalhar em coletividade” (SILVA, 2018, p. 275). Esta característica está relacionada com a necessidade de, segundo o autor em questão, romper com os conteúdos que reforçam a lógica de submissão ao fomentar ações que mobilizem os educandos, que ‘promova o fazer com’ e contribua para a já mencionada ‘emancipação’.

Para dar conta dessa proposta o PEZP trabalha com temáticas em torno das quais desenvolve discussões nos mais variados aspectos nas áreas do conhecimento. O tema geral trabalhado para o ano todo é: “Identidade e cultura” a partir dele desenvolve-se subtemas como: identidade individual, identidade coletiva, a comunidade os direitos e deveres, o 1º de maio como dia do trabalhador, saúde do trabalhador. De modo interdisciplinar envolvendo as disciplinas de linguagens, matemática, ciências exatas, geografia, história e corpo humano, tomando como foco o ensino de linguagens.

Para se pensar numa educação problematizadora que esteja perto do povo e possa ser entendida por ele, é necessário se pensar em uma metodologia que proporcione a apreensão dos “temas geradores” (FREIRE, 1987, p.50) e a tomada de consciência dos indivíduos em torno dos mesmos “sob pena de se fazer uma educação “bancária ou pregar no deserto” (FREIRE, 1987, p. 49). Pois a preocupação da educação popular não é dar conteúdos que pouco ou nada tenham haver com os anseios, as esperanças e o mundo real dos sujeitos, pelo contrário, é promover uma educação que os valorizem este mundo concreto.

Para oferecer uma aprendizagem mais rica de sentido e de valorização dos conhecimentos populares como ponto de partida para o acesso aos conhecimentos

científicos, Freire (1987) aponta que o papel do educador crítico é de fazer uma investigação das palavras que circulam o mundo dos sujeitos para que o processo de ensino-aprendizagem se dê a partir delas, no sentido de discuti-las tanto sob a dimensão linguística tanto sob a dimensão do significado político e filosófico que estas representam para os educandos. “Dessa forma, para que haja comunicação eficiente entre eles, é preciso que educador e político sejam capazes de conhecer as condições estruturais em que o pensar e a linguagem do povo, dialeticamente, se constituem” (FREIRE, 1987, p. 49).

Retomando ao PEZP, Ireland (2005) vem tratar sobre as dificuldades que desafiam a efetivação do mesmo. O autor nos diz que o fator tempo é uma limitação, uma vez que não se tem o suficiente para tudo que é desejável, pois as aulas acontecem a noite depois de uma jornada cansativa de trabalho, o tempo livre da Escola é disputado pelos chamados “serões”, ou seja, horas extras de trabalho, pelas atividades sindicais à noite, pela necessidade do operário em descansar para repor suas energias.

Outra limitação está relacionada a disputa por espaço para a realização das aulas, uma vez que estas acontecem no mesmo local que é desenvolvidas as atividades laborais durante o dia, e é nestes locais que são depositados os materiais de trabalho. Além disso, a própria poeira inerente a atividade produtiva dificulta o desenvolvimento das aulas, “[...] o espaço da obra, por mais que o enfeitemos com cartazes, mapas, desenhos dos alunos e outros materiais pedagógicos, ainda é um espaço regido por regras” (IRELAND, 2006, p.103).

Outra situação se refere à rotatividade dos operários em virtude da própria dinâmica de empregabilidade da construção civil e por último a própria rotatividade dos educadores, uma vez que trata de estudantes ainda em graduação participantes do curso de extensão.

Ao longo desse tempo o PEZP deixou de ser projeto e passou a ser programa, abarcando outros projetos menores que envolviam diversos centros acadêmicos da Universidade. No que se refere a gestão, o PEZP sempre foi compartilhada entre instituições parceiras: a Universidade e o Sintricom. A atual gestão é composta pelo Coordenador Geral (da Universidade federal da Paraíba), vice coordenador (Professor da Universidade federal da Paraíba e idealizador do Projeto), a coordenação do Sindicato e a coordenação pedagógica.

Em relação as atribuições, a cargo da Universidade fica a responsabilidade de assumir as bolsas dos educadores PEZP que fazem parte do projeto de extensão universitária, além disso, realizar a formação inicial e acompanhamento pedagógico dos mesmos.

A cargo do Sintricom as responsabilidades de abrir os caminhos nas obras no contato com os operários para a divulgação da realização das matrículas, incentivar e acompanhar a

permanência dos mesmos no PEZP. Outras responsabilidades do Sintricom são as de acompanhar a e avaliar a execução do PEZP e subsidiar ajuda de custo para o transporte e alimentação dos educadores. Além de garantir que as empresas de construção civil, ancorada na Convenção Trabalhista, ofereçam o local e o mobiliário para a realização das aulas.

Ambas as instituições têm a responsabilidade de atrair recursos, projetos financiadores ou doações de materiais por diversas instituições no sentido contribuir para a materialização do PEZP, como recursos internacionais, recursos do programa do Brasil Alfabetizado, recurso do Probex³ do Governo Federal.

³Programa de Bolsa de Extensão da UFPB.

5 A FORMAÇÃO POLÍTICA NO DOCUMENTO PROGRAMA DO PEZP

Por meio dos documentos extraídos do campo nós procuramos analisar os conteúdos que sinalizam para a formação política dos participantes do Projeto de Escola Zé Peão. Nesse sentido, o Programa do PEZP foi analisado como uma referência normativa onde estão presentes as principais informações que nos permitiram realizar o nosso objetivo.

O documento do Programa de Escola Zé Peão é constituído de 14 (quatorze) páginas, divididos em tópicos que vai desde a descrição da ação até os meios de divulgação do Projeto. Passando pela justificativa, fundamental teórica, metodologia, os princípios norteadores, os objetivos e avaliação.

Na descrição, o PEZP é tratado enquanto uma iniciativa de extensão da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) em Parceria com o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil e do Mobiliário de João Pessoa-PB (SINTRICOM). Mostram que o Projeto começou suas aulas desde de 1991 oferecendo oportunidade de escolarização na modalidade educação de jovens e adultos (EJA) para os operários da construção civil de João Pessoa-PB, ao passo que os estudantes universitários teriam oportunidade de desenvolver atividades própria da academia (ensino, pesquisa e extensão).

Logo em seguida, passamos para a descrição da carga horária dos bolsistas, desempenhando atividades num regime de 20 (vinte) horas semanais por quatro semanas por mês, em doze meses, resultando em 960 (novecentos e sessenta) hora/ano, porém considera-se incluídas as horas que os estudantes dedicam para estudos e sistematizações individuais sobre suas práticas no PEZP.

Depois o Programa trata sobre local de realização das aulas, mostrando que são os canteiros de obras da construção civil que ofereçam condições físicas adequadas (salas de aulas e infraestrutura) e que tenham mais de 15 (quinze) estudante/operários interessados em participar do mesmo. Diz que o período de realização é à noite (das 19:00 às 21:00 horas), de segunda à sexta feira. Os meses de Janeiro e Fevereiro foram utilizados para a Formação Inicial e seleção dos inscritos; negociação e organização das salas de aula, diagnose e matrícula dos operários-alunos participantes do PEZP.

Segue descrevendo o público alvo, a parceria, caracterização da ação, informações sobre os prêmios já recebidos pelo reconhecimento de seus trabalhos, os projetos de ações pedagógicas que estão integrados aos PEZP: Projeto de Alfabetização e Pós-alfabetização; Projeto de Educação Matemática; Projeto de Educação Móvel; Projeto Biblioteca Volante; Projeto Varanda Vídeo; Projeto Educação Nutricional e Saúde; Projeto Ação Cultural.

Em seguida vem à justificativa do Projeto: que trata fundamentalmente do alto índice de analfabetismo entre os operários e a necessidade da leitura numa sociedade ‘grafocêntrica’, os avanços das tecnologias, sintonizadas com a competitividade mercadológica de economias globalizadas e nesse contexto, a educação de jovens e adultos faz parte do esforço de se oferecer para todas as pessoas, de qualquer idade, o acesso à educação como bem social.

A fundamentação teórica traz em suas considerações que a concepção e a prática pedagógica da Escola Zé Peão ancoradas (IRELAND, 1993; IRELAND; COSTA, 1993) oferece uma ação educativa que considera o universo cotidiano do operário-aluno dentro de uma abordagem transdisciplinar e interdisciplinar, que firma no desenvolvimento afetivo, cultural, social, político e intelectual desse grupo, enfrentando os desafios de lidar com pessoas concretas, lutando por uma vida melhor; o de considerá-las pessoas históricas, situadas no seu tempo e espaço; e o de formular e executar uma atuação pedagógica que utilize metodologias e recursos adequados às necessidades desses sujeitos.

Dito isto, o programa discorre sobre os três princípios⁴ que os orientam: Princípio da contextualização, Princípio da Significação Operativa, Princípio da Especificidade Escolar. O primeiro considera os sujeitos a partir do seu contexto histórico geográfico, as lutas sindicais inseridas e a equipe responsável pela idealização do PEZP. O Segundo trata dos conteúdos que tenham sentido e significados para os educandos numa mediação daquilo que é idealizado e que pode ser possível de se realizar ao considerar as condições dadas onde se materializa o Projeto. E o terceiro assegura o ensino dos conhecimentos específicos da escola, “[...] uma escola tem compromisso com o ensino da lecto-escrita *stricto sensu*” (Programa de PEZP).

Ao apresentar os princípios, o programa assume que os mesmos se alicerçam em uma filosofia freiriana a qual considera em sua pedagogia, a: leitura do mundo, pesquisa, rigorosidade metódica, criticidade, identidade cultural, diálogo e reflexão sobre a prática.

Quanto aos objetivos gerais, estão assegurados: a promoção da capacidade social do operário no enfrentamento dos contextos sociais, oportunidade de adquirir os saberes

⁴ Mais recentemente, foi incorporado um quarto princípio, chamado de reconhecimento do operário enquanto indivíduo, que é um desdobramento do princípio da contextualização. Este princípio orienta a respeito das individualidades dos sujeitos educandos, não os vendo somente enquanto coletivo de operários da construção civil, mas, considera-os para além da relação de trabalho ali estabelecida e reconhece outras especificidades que os constituem: suas identidades individuais, particularidades.

escolares devido à sua importância a luta de uma cidadania plena e politização para a tomada de decisões frente aos desafios do cotidiano.

Cada projeto vinculado ao PEZP (descritos acima) apresenta seus objetivos específicos, os quais tratam das finalidades a serem alcançadas tanto pelos educandos operários quanto pelos acadêmicos universitários.

Logo vem a metodologia, a qual trata do modo como acontece cada projeto vinculado ao PEZP e os conceitos sobre aquilo que eles abordam nas suas práticas pedagógicas: conceito de alfabetização e leitura de mundo, conceito de educação matemática, o trato com as mídias e dispositivos móveis utilizados nas aulas, como acontece a biblioteca volante, a representação do potencial audiovisual com projeto varanda vídeo. E trata sobre o projeto de educação nutricional integrado à visão de educação e saúde, já o projeto de ação cultural é compreendido como a oferta de um leque de atividades a serem desenvolvidos em bibliotecas, escolas, comunidades e centros culturais.

Em seguida passa para as produções de ensino, pesquisa e extensão, quando relacionam operários, estudantes universitários e pesquisadores da Universidade, dando materialidade ao que se quer e se espera da Universidade, como uma instituição da sociedade, para a sociedade.

Já perto de finalizar encontra a avaliação do PEZP, esta é feita sob a ótica do público alvo: ao considerar o reconhecimento dos operários sob sua importância, o quantitativo de matrículas que vem se mantendo, pelas empresas de construção que vem solicitando as salas de aulas em suas obras e pela representação sindical que participa de sua avaliação permanente e planejamento.

A avaliação é feita também pela equipe gestora: que avaliam nas reuniões de planejamento, nas visitas às aulas nas obras, e fazem avaliação na ação-reflexão-ação para ver as dificuldades encontradas no percurso.

Depois das referências bibliográficas, vemos algumas observações feitas de modo a discorrer sobre as famílias dos operários educandos e dos operários que não são educandos, mas que por vezes participam de atividades do PEZP, como as sessões dos filmes do 'Varanda Vídeo'. E termina apontando como é feita divulgação do PEZP: com folders, certificados, participação em eventos acadêmicos, entre outros.

Ao analisarmos o Programa encontramos no corpo do texto vários momentos que apontam para a formação política dos participantes no projeto. Enfatizamos que nos referendamos no conceito de formação política tendo como referência o aporte teórico trabalhado anteriormente. Dessa forma, a formação política é vista como a educação para a

luta de classes, melhor dizer, como um processo educativo cuja finalidade é promover reflexões que contribua para uma tomada de consciência dos sujeitos com vistas a transformação de uma sociedade injusta e desigual: Freire (1987; 2001), Lage (2013), Gramsci (2006) e Oliveira (2007).

Os elementos da formação política estão presentes no documento do programa do PEZP, nos itens relacionados com a fundamentação teórica, no princípio de contextualização e também nos objetivos gerais. Trataremos a seguir.

Na fundamentação teórica destacamos: [...]

[...]vem sendo a de oferecer uma ação educativa que considera o universo cotidiano do operário-aluno dentro de uma abordagem transdisciplinar e interdisciplinar, que firma no *desenvolvimento* afetivo, cultural, social, *político* e intelectual desse grupo, as bases do seu programa de alfabetização e letramento. Portanto, a *escolarização ou a elevação da escolaridade dos trabalhadores é encarada* como um dos primeiros passos para a *concretização de mudanças...* (PROGRAMA DO PEZP).

No trecho acima, a ação educativa dentro de uma abordagem interdisciplinar firma o desenvolvimento político, e portanto a escolarização ou a elevação dela nos trabalhadores é encarada como um dos primeiros passos para a concretização de mudanças.

Lage (2013) trata da educação como luta política dos movimentos sociais e afirma que “[...] oportuniza a mediação necessária, enquanto processo partilhado entre os sujeitos e o conhecimento, como formas de satisfazer as necessidades de melhor lidar com os aspectos do seu cotidiano, relacionados à sua luta política” (LAGE, 2013, p.32). Sendo assim, a escolarização é vista como acesso ao desenvolvimento político, e este por sua vez, como expectativas de mudanças nos comportamentos dos operários. Ou seja, educação para a mudança, nesse sentido, o movimento para a formação política está se idealizando.

O princípio da contextualização orienta para considerar os educandos como sujeitos históricos, num contexto de deslocamento de relação de trabalho e inseridos na luta sindical

[...] entende-se que é fundamental considerar o contexto em que a experiência escolar se realiza: a) as condições de vida, em geral, dos alunos e, em particular, *as condições em que se dá a sua inserção no mundo do trabalho*, precisamente no mundo da indústria da construção civil; b) *as lutas do sindicato dos trabalhadores* dessa indústria, que propiciaram e desencadearam a *elaboração/execução desse projeto escolar*, como *parte de seu programa de formação de base* dos operários que representa; c) a localização da equipe responsável pelo Programa no atual espectro de teorização sobre educação, de um modo geral, sobre a educação de jovens e adultos, de um modo particular. (PROGRAMA DO PEZP).

Ao tratar da dimensão que ele traz sobre as relações de classes, os trechos em destaque acima são: “a) *...as condições em que se dá a sua inserção no mundo do trabalho*; b) *as*

lutas do sindicato dos trabalhadores [...]elaboração/execução desse projeto escolar, como parte de seu programa de formação de base. (PROGRAMA DO PEZP). O princípio de contextualização considera o contexto onde a experiência se realiza, por não ser qualquer lugar, qualquer público, ou público geral, mas se trata de um específico, no caso, o contexto da indústria da construção civil, destinado a categoria de trabalhadores.

Ao considerar *as condições em que se dá a sua inserção no mundo do trabalho* é preciso levar em conta que se trata de operários advindos do interior que passam a semana nos alojamentos dos canteiros de obra, tem uma jornada exaustiva de trabalho (9h diária de segunda a quinta, 8h na sexta) dentre outros aspectos.

Ao considerar *as lutas do sindicato dos trabalhadores* é preciso levar em conta à resistência (luta) de uma categoria que organizada em uma entidade de trabalhadores (Sindicato) faz frente à um tipo de realidade da qual existe uma insatisfação coletiva, senão, não haveria a necessidade de fazer “lutas do sindicato”. Sendo assim, a realidade do mundo do trabalho para a luta sindical é uma realidade de exploração dos trabalhadores.

Se o princípio de contextualização considera em particular esses dois aspectos, a proposta educativa do mesmo materializa uma prática, de acordo com o programa, para a formação de base do sindicato, ou seja, a formação dos operários educandos. À medida que as temáticas abordadas do PEZP assegurem as discussões postas (condições de mundo do trabalho e a luta sindical) poderemos considerar que este princípio sinaliza para a formação política dos mesmos.

Sendo assim, uma intervenção educativa nesse sentido, entendida por sua vez “[...] como processo de conhecimento, formação política, [...] a educação é prática indispensável aos seres humanos e deles específica na História como movimento, como luta. (FREIRE 2001, p.10) precisa contribuir para o reconhecimento da existência de classes e o seu auto-reconhecimento nessa luta ou nessa condição. É preciso, como aponta Freire (1987) “inserir-se de modo crítico nesta realidade” (FREIRE, 1987, p. 21).

Em Oliveira (2007) vamos perceber que na perspectiva gramsciana a formação política está relacionada com a formação da identidade de classes, os trabalhadores, quando se reconhecem enquanto classes e lutam contra as condições de opressão com as quais são submetidos vão se formando a consciência de classes, ou seja, a formação política.

Outra parte no programa que evidencia a formação política dos educandos do PEZP diz respeito aos seus objetivos gerais, como veremos em destaque

Promover a capacitação social do operário-aluno para enfrentar os contextos, econômico, político, sindical e educacional vigente na sociedade;

Oportunizar a aquisição do saber escolar aos trabalhadores da construção civil, considerando a importância deste para a sua luta em direção a uma cidadania plena;

Politizar a tomada de posição dos operários-alunos frente aos desafios cotidianos, fazendo uso de conteúdos sistematizados próprios do mundo letrado. (PROGRAMA DO PEZP)

Dentro dos objetivos gerais presentes no programa do PEZP evidenciamos a luta da categoria como: *Promover a capacitação [...]enfrentar os contextos político, sindical; Oportunizar a aquisição do saber escolar [...] para a sua luta em direção a uma cidadania plena; Politizar a tomada de posição dos operários-alunos.*

Percebemos que tanto no princípio destacado acima como nos objetivos, ao apontarem no programa a finalidade de promover a capacitação para a luta sindical da categoria para conquistarem as mudanças que julgam necessárias, tratam de uma das últimas etapas da formação política, aquela que, segundo Freire (1987) se refere a reflexão para a ação, entendendo que a finalidade da formação política é este resultado do agir e do como agir, a partir da reflexão do porquê agir e quais as consequências disso.

Freire (1987) afirma que “[...] a educação problematizadora se faz, assim, um esforço permanente através do qual o homens vão percebendo, criticamente, como estão sendo no mundo com que e em que se acham” (FREIRE, 1987, p. 41). Nesta fase encontramos o que consideramos a quarta fase do processo de formação política na perspectiva freiriana, o refletir para a ação consciente dos homens para a transformação desta sociedade opressora.

6 A FORMAÇÃO POLÍTICA A PARTIR DAS FALAS DOS ATORES QUE IDEALIZAM E MATERIALIZAM O PEZP

Por meio das entrevistas realizadas com os sujeitos que atenderam os critérios anunciados anteriormente de serem aqueles que assumem as funções inerentes às responsabilidades de idealizar, planejar, materializar e avaliar a excursão do PEZP. Nós procuramos identificar nas falas dos "entrevistados" os elementos que apontaram para a formação política dos alunos do Projeto de Escola Zé Peão.

Ao apresentar as análises realizadas a partir dos aspectos levantados, tais como: o que os operários podem esperar dos PEZP, suas contribuições, seus objetivos, os elementos diferenciadores, formação política entre outros, foi possível perceber o modo como a 'formação política' é concebida e abordada dentro do PEZP.

Sob à luz dos teóricos, Freire (1987, 2001, 2002a), Lage (2013), Gramsci (2006) e Oliveira (2007), a formação política é concebida como um processo educativo que tem como finalidade a tomada de atitude dos sujeitos para a transformação social a partir da reflexão sobre as relações sociais estabelecidas, sobre a luta de classes inerentes à sociedade capitalista e a organização para esta luta. Ou seja, a educação para à Luta.

Das entrevistas surgiram três categorias que não foram definidas a priori, são elas: o projeto como forma de levar a escolarização aos operários das obras potencializando a luta sindical; mudança de comportamento dos participantes a partir da entrada no projeto; contribuições além dos elementos da escolarização.

O Projeto como forma de levar a escolarização aos operários das obras e potencializar a luta sindical

Ao tratar sobre o que os educandos poderiam esperar do PEZP, as falas dos entrevistados apontaram para intenção da coordenação em atender as expectativas dos educandos no que diz respeito a escolarização, visto que não deveria frustrar os operários em mais uma tentativa de adquirir habilidades de leitura e escrita.

Contudo, há uma relação em atender as expectativas do aluno com o PEZP (aprender a ler e escrever) e atender aos interesses do que foi idealizado pelo Sindicato quando da implementação do Projeto. Trataremos melhor a seguir.

A escolarização mesmo dos operários, desde a fundação foi a necessidade do sindicato para que os operários pudessem estudar, necessidade de comunicação do sindicato, porque eles não entendiam a luta e não entendiam o mundo de uma forma mais ampliada, né? E também a comunicação com os operários se fazia muito fragilizada porque a forma

de se comunicar era por informativo. Só que grande parte dos operários não sabiam ler, aí se deu a necessidade de escolarização, (COORDENADORA 3)

Em todo esse processo de luta de campanha vimos a falta de conhecimento, acesso à leitura e escrita, era um impedimento para a luta sindical. Um sindicato mais participativo, democrático e combativo. Os operários faziam aviãozinho com o material da campanha. A comunicação sem ser oral era muito difícil. Vimos a necessidade de fornecer educação para os operários (COORDENADOR 2).

As falas evidenciam que o PEZP não pretende ser uma escola sindical ou política, de modo que não é esse o enfoque que se pode esperar dela, a ênfase dada é de ser uma escola para o aprendizado “do ler e escrever” principalmente. Nesse sentido, uma contribuição importante do PEZP à categoria da construção civil é ter oportunizado aos operários a possibilidade de terem acesso ao conhecimento historicamente produzido pela humanidade que é realizar leitura, escrita e operações matemáticas, onde alguns dos operários a partir desse momento de aprendizagem deram continuidade aos seus estudos alcançando graus de instrução mais elevados.

Esta perspectiva também é revelada quando abordamos os objetivos do PEZP, as falas foram categóricas quando trouxeram a centralidade na escolarização dos operários

A alfabetização de fato, uma escola para ler e escrever a partir da valorização dos conhecimentos que eles já adquiriram com a vida (COORDENADORA 4).

O objetivo do programa é alfabetizar os operários da construção civil e fomentar ou escolarizar aqueles que estão com baixa escolarização, dentro de uma perspectiva de educação popular. E atender a uma finalidade da escola, que é aprender a ler e escrever e a operar com a matemática, né? (COORDENADOR 1)

Os objetivos enquanto escolarização dos operários, abarcados inclusive no princípio de especificidade escolar do PEZP, diz respeito a necessidade da Escola em oferecer ao operário o poder de dominar a leitura e escrita de fato, como forma de contribuir para uma melhor socialização dele no mundo letrado, favorecendo sua autoestima a “partir da valorização dos conhecimentos que eles já adquiriram com a vida” (COORDENADORA 4).

O princípio da “especificidade escolar” está relacionado como o com o fato do PEZP assumir o compromisso das aprendizagens dos conhecimentos específicos da escola, ou seja, refere ao compromisso do Projeto com o ensino escolar da leitura e escrita no seu sentido estreito, além de outras áreas do conhecimento científico como da alfabetização matemática.

Aqui se evidencia uma preocupação do projeto de não negligenciar o direito dos educandos em acessar estes conhecimentos, sendo essa também, uma das preocupações de

Silva (2017). O autor critica um dos problemas que acontecem por vezes nas experiências de educação dos jovens e adultos, e círculos de cultura popular que valorizavam as discursões das lutas políticas, mas deixavam a desejar no que diz respeito a conquista por parte dos estudantes do direito de ler e escrever.

Ainda sobre os objetivos

O objetivo do projeto é tornar os operários capazes de fazer essa leitura, do mundo que o rodeia, de um simples informativo, do seu contracheque, de uma notícia... Lê e compreender aquilo ali (COORDENADORA 3).

Destacamos esta fala para evidenciar que, além do já exposto, objetivo para escolarização não se limita em desenvolver nos operários a capacidade de junção das letras e palavras no sentido da oralização dos “códigos” gráficos, mas sim, para os fazerem capazes para a leitura de mundo, de ler e compreender o que está posto, inclusive o contracheque.

Ireland (2005) ao afirmar que “[...] o domínio do conhecimento potencialmente fortalece a capacidade de luta do operário como sujeito coletivo, representa um direito básico seu como cidadão e, crescentemente, se torna um imperativo para resguardar o seu emprego” (IRELAND, 2005, p. 98). Defende que, a medida em que os operários se apropriam desses conhecimentos potencializam suas formas sociais de luta, o conhecimento contribui para a formação da identidade subjetiva do operário como ser humano e como cidadão e a escola contribui de maneira fundamental para a formação profissional do trabalhador.

A necessidade do sindicato em organizar a categoria para a luta por meio da escolarização é percebida nas falas da Coordenadora 3 e do Coordenador 2 quando demonstram que, embora a ênfase seja a escolarização dos operários, o PEZP veio atender a uma necessidade do Sindicato para que por meio da alfabetização estes pudessem ler o informativo impresso do Sindicato e consequentemente melhorar a comunicação da direção com a base.

O que ajudaria a eles, segundo a Coordenadora 3 a “entender a luta” e segundo o Coordenador 2 garantir o acesso à leitura e escrita, já que a falta dela significava “impedimento para a luta sindical”. Como isso poderemos esperar que o PEZP além de alfabetizar, pode ser uma ferramenta para os alunos alcançarem os conhecimentos que os aproximam da participação de um sindicato mais democrático, participativo e combativo. Isso é percebido ao se tratar dos elementos diferenciadores do PEZP, na fala da Coordenadora 4

Ele é um projeto idealizado pelo Sindicato, com o objetivo de atender a uma demanda de um grupo específico, precisava se encaixar dentro da

realidade deles senão não daria certo, e veio pra ajudar o sindicato a se aproximar de suas bases (COORDENADORA 4).

As falas apontam para uma própria necessidade/estratégia do sindicato de a partir da escolarização dos operários construir uma consciência política que os possibilitam a participar da luta.

Quando Lage (2013) aborda como a educação é concebida dentro dos movimentos sociais, ela traz entre outras coisas a “perspectiva da apropriação do saber como aspecto importante instrumento da capacitação para a luta política” (LAGE, 2013, p. 30). Já Gohn (2010) ao conceituar a educação não formal, afirma que o ensino dos conteúdos escolares está à disposição para o acesso à cidadania e que sejam contemplados na proposta educativa. Uma vez que a cidadania, pensada em termos coletivos, é o objetivo principal dessa proposta.

Mudança de comportamento dos participantes como uns dos resultados a partir da entrada no Projeto

Quando no ato da entrevista tratamos a respeito de como os coordenadores avaliavam se os educandos do PEZP estavam correspondendo aos objetivos do Projeto, as falas giraram em torno das mudanças que estes operários apresentavam depois que começavam a participar do PEZP, estas mudanças eram sentidas tanto a partir dos seus depoimentos sobre suas relações familiares, quanto a partir da observação em relação a suas posturas e posicionamentos, frente ao cotidiano da obra e do Sindicato. Sobre as mudanças

Mais alunos questionadores, na minha época enquanto educador, mandaram fechar a sala porque os alunos operários estavam questionando demais, [...] E os que estão na escola acabam repercutindo pros demais. Quando tá nesses debates, acabam os que não são da escola ficando ali perto, ouvindo, os outros, chamam, entra Fulano, eles diz, não. Quando capta o que eles querem vão embora. (COORDENADOR 1)

A fala do Coordenador 1 nos demonstra um movimento nas aulas, devido aos debates promovidos durante as mesmas que chamaria a atenção inclusive de quem não estaria matriculado no Projeto. Ou seja, a mudança de comportamento como um dos elementos que oportunizam a formação política é percebida a partir do momento que o aluno operário leva essa mudança para o seu dia a dia, o que causaria inclusive o fechamento de uma sala de aula por conta desse movimento, dessa mudança.

A partir da formação de uma consciência política, adquirida tanto nas vivências coletivas, como nos processos de formação política ou técnica.

Isto resulta na formação de uma identidade revolucionária, na qual forja um novo sujeito capaz de confrontar a classe dominante sobre sua própria condição de opressora, por meio da luta, que capacita seus sujeitos a questionarem as condições estruturais dos fenômenos sociais que violentamente, os colocam na condição de oprimidos. (LAGE, 2013, p.33)

Ao tratar sobre a formação política, Lage (2013) afirma que esta capacita os sujeitos a questionarem as condições estruturais da sociedade que os colocam na condição de oprimidos, e proporciona a estes uma identidade revolucionária, com a qual assume uma postura de confrontar as classes dominantes. Certamente, o que vimos no depoimento do Coordenador 1, os debates em salas caminham numa perspectiva de formação política já que demonstram contribuir para esta mudança dos operários no sentido do questionamento.

A gente percebe a diferença na forma deles de agir uns com os outros, os depoimentos deles da relação com as famílias, eles são geralmente muito rudes, muito ignorantes, e eles dizem que por causa das discursões nas aulas *eles melhoraram no tratamento com suas mulheres... se tornam mais compreensíveis, mais sociáveis...* eles *participam mais* das atividades, *colocam mais* suas posições, *suas opiniões*, são mais questionadores... (COORDENADORA 4)

A gente tem história tanto *da mudança dele* com ele mesmo, eles ficam ali retraídos, quieto e com o tempo eles vão participando mais. Quando eles ficam mais velhos ficam acreditando que eles ficam mais incapazes, e gente aos poucos vai mostrando o quanto eles sabem, valoriza a experiência de vida, e *eles vão aprendendo que aquilo* que eles sabem tem valor, e com isso *vão retomando* a auto estima a vão adquirindo *mais segurança de falar e questionar*. De questionar um contracheque que veio. (COORDENADORA 3)

A referência ao ato de “questionar” dos operários perpassa por todas as falas: “*estavam questionando demais*” (COORDENADOR 1); “*são mais questionadores...*” (COORDENADORA 4); “*mais segurança de falar e questionar.*” (COORDENADORA 3).

Demonstra que os objetivos do PEZP que asseguram a formação política foram contemplados, “[...] precisamente porque captam o desafio como um problema em suas conexões com outros, num plano de totalidade e não como algo petrificado, a compreensão resultante tende a tornar-se crescentemente crítica, por isso, cada vez mais desalienada”. (FREIRE, 1987 p. 40). Já que está evidente uma nova postura diante de suas famílias e de posicionamento crítico sobre a realidade opressora, de questionamentos desta.

Em outras passagens percebemos a relação dos questionamentos com as discursões política em sala de aulas

Por exemplo, eu vou trabalhar o “direito do trabalhador”?... 2016 eu cheguei no canteiro, aí um disse, “eu queria ver [...], essa história dessa nova lei aí

como vai ficar, se a gente vai perder muitos direitos?... (COORDENADOR 1)

Percebemos que a partir dessa fala que, que são os próprios operários quem tem tomado essa postura de questionamento sobre as questões políticas atuais.

A medida que a gente tá levando temas, que são temas da atualidade que a gente faça o alunos pensar sobre aquele tema... O trabalho... é..a família... os seus direitos... quando eles discutem isso, refletem sobre isso criticamente eles as vezes até desconstrói e constrói de novo uma nova visão, é construção política, Tempo de eleição, a gente trazer reflexões sobre questões a essa política que rege o nosso país... é formação política. (COORDENADORA 3)

Na fala acima “Tempo de eleição, a gente trazer reflexões sobre questões dessa política que rege o nosso país... é formação política.”, percebemos que as discussões referente ao processo eleitoral onde são apresentadas propostas dos partidos políticos para o país, adentram as aulas do PEZP oportunizando uma reflexão coletiva, contribuindo dessa forma para uma mudança na forma de pensar dos alunos como também nas mudanças de comportamento dos mesmos.

Para nós o exemplo colocado aponta para mais um momento da formação política dos alunos presente na materialização do programa, já que os mesmos devem ser capazes de inquietar os sujeitos de modo a mobilizar aqueles conhecimentos que até então havia-se formados como algo certo e naturalizado.

Freire (2002a) afirma que não é possível fazer uma reflexão sobre educação sem refletir sobre o próprio homem, sobre a sua capacidade de “ser mais”, pois “O homem está no mundo e com o mundo [...] isso torna um ser capaz de relaciona-se; de sair de si; de projetar-se nos outros de transcender” (FREIRE, 2002, p. 30). É nisso que sustenta a característica humana de aprender sempre e transformar-se, pois, segundo o autor, ao se perceber inconcluso, questiona-se sobre quem ele é, de onde vem e onde pode estar, dentro de uma determinada realidade.

Contribuições do Projeto para além dos elementos da escolarização

Ainda quando tratamos sobre as contribuições do PEZP, foram identificados nas falas o potencial que a participação do Sindicato pode desenvolver na ação pedagógica do PEZP, bem como o retorno político que este pode ter nesta relação e em consequência dela. Assim, percebemos as contribuições do PEZP para além dos elementos da escolarização e a protagonismo do Sindicato apontado nas falas dos atores

Olha! [...] vamos dá uma olhada depois na legislação. Aí eu falei com [...] pra vê se a gente podia dá um momento com o Sindicato. E os alunos aqui, apesar de ser educandos, quando tem assembleia vão pra assembleia, porque lá é outro conteúdo que está sendo gerado e a formação acontece ali. (COORDENADOR 1)

Destacamos que o trecho de fala se refere às assembleias no sindicato como conteúdo de aprendizagem do PEZP: “porque lá é outro *conteúdo que está sendo gerado e a formação acontece ali*”. Expandir a concepção de sala de aula para além daquele ambiente físico pensado para este propósito, contribui no sentido de que as relações sociais possam ser problematizadas e delas extrair as lições educativas à medida que enxergam as assembleias como espaço de aprendizagem e de formação política.

A perspectiva gramsciana, compreende as relações de trabalho como o lugar onde os trabalhadores percebem as contradições do capitalismo e fortalecem a solidariedade classista, o que os levam a construir a sua concepção de mundo, ou seja, a construção da consciência política. Contudo, “somente a organização política permitirá a passagem da luta do interior da fábrica à sociedade como um todo” (MILITÃO, 2014, p.624).

O que nos faz compreender o papel de organizador coletivo que cumpre o Sindicato, o que vem constituir em Gramsci como “partido político orgânico” cuja função educativa deve ser de superação dos corporativos de classes, “e nesta perspectiva que o Partido deve educar a consciência unitária do proletariado e dos camponeses e, tendo como instrumento a cultura, tornar-se estratégico para a formação da consciência política dos subalternos” (MILITÃO, 2014, p.630).

Costa (2014) sob a ótica gramsciana, afirma que o “[...] espaço das fábricas (leia-se obras ou Sindicato) torna-se um lugar de aprendizagem” (COSTA, 2014, p.189). Nesse sentido, a organização de contra hegemonia dos grupos subalternos deve ser um espaço de educação como prática social que acontece em vários espaços, a saber: nos partidos, nas fábricas, sindicatos, nas greves e até prisões.

Esta aproximação da prática educativa do PEZP com o Sindicato indica uma possibilidade de ser educando e posteriormente participar da luta sindical, como veremos em seguida.

Eles aprendem a ler, escrever e matemática principalmente. Mas não só, vários diretores nosso hoje conhecemos e se aproximaram do sindicato através do Projeto, o Zé além de alfabetizar contribuir pra entender porque eles não tem direito a aprender no tempo certo, valoriza seus conhecimentos que adquirem com a vida de trabalhador, ajuda com o aumento da autoestima deles, ajuda a eles participarem mais das coisas do Sindicato (COORDENADORA 4)

Sabia da importância da educação para a luta sindical e para o operário como cidadão, vários diretores do sindicato tiveram a oportunidade de ser alfabetizado pelo Zé Peão. (COORDENADOR2).

Nos trechos acima, percebemos que a contribuição do PEZP vai além de oferecer oportunidade de alfabetização e educação matemática aos seus participantes, e sim, consegue promover um tipo de reflexão que os levam a sentirem-se a necessidade de se engajar em um espaço (Sindicato) cuja finalidade é de promover a organização da luta coletiva da categoria para alcançarem determinadas conquistas, evidenciando o aspecto de formação política do projeto.

Freire (1987) ao apontar as etapas da educação problematizadora, afirma que ao passo em que a realidade objetiva das relações sociais já existia antes mesmo da tomada de consciência, mas não era ainda percebida em suas implicações mais profundas, depois de tomadas certas reflexões, esta realidade “[...] se destaca” e assume um caráter de problema e portanto, de desafio. A partir deste momento, o “percebido destacado” já é objeto da “admiração” dos homens, e, como tal, de sua ação e de seu conhecimento” (FREIRE, 1987, p. 40).

É neste sentido, pois que consideramos encontrar nas falas dos entrevistados, o que chamamos de nossa terceira categoria: as contribuições do PEZP para além dos elementos da escolarização.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao retomar a questão-problema que motivou a realização desta pesquisa: Será que o Projeto de Escola Zé Peão contribui para a formação política dos seus educandos? Tomamos como norte analisar se o PEZP contribui para a formação política dos seus educandos, para tanto nos enveredamos inicialmente pelo caminho de descrição do Projeto, em seguida, analisamos a partir do documento/programa do PEZP os conteúdos que sinalizaram para a formação política dos seus educandos e por último, procuramos identificar nas falas dos “entrevistados” os elementos que apontaram para a formação política dos mesmos.

Para tanto, tomamos como referência sobre o conceito de formação política a partir do nosso aporte teórico baseado em Gramsci (2006), Freire (1987, 2001, 2002a) e Lage (2013), os quais apontam a formação política para a educação na perspectiva da luta de classes que visa promover nos sujeitos um processo de reflexão que os mobilizem a tomar atitudes no sentido da transformação das relações sociais estabelecidas, ou seja, a educação para a luta.

O PEZP se baseia na perspectiva de educação popular, traduzidos pelos princípios de contextualização, significação operativa e especificidade escolar, os quais lhes orientam para atentar sobre: o contexto dos educandos no mundo do trabalho e na luta sindical; na mediação do ideal e das circunstâncias dadas para a materialização das aulas buscando uma aprendizagem significativa para os educandos e garantir o ensino/aprendizagem dos conteúdos específicos da escola, como a leitura e escrita e operacionalização da matemática.

Quando realizamos a segunda parte da pesquisa, a qual se trata da análise a partir do documento/programa do PEZP dos conteúdos que sinalizaram para a formação política dos seus educandos, as partes que fazem referência ao objeto da pesquisa são aquelas que mencionam: a fundamentação teórica, o princípio da contextualização e a os objetivos gerais.

Quanto a fundamentação teórica, a formação política está evidenciada pelo fato de mencionar que a ação educativa no PEZP considera o desenvolvimento político dos educandos, neste sentido, a escolarização é encarada como meio para a concretização de mudanças, ou seja, acesso para o desenvolvimento político dos operários.

A formação política é identificada no princípio da contextualização, pois o mesmo considera dois aspectos: por um lado, o mundo do trabalho no qual os educandos estão inseridos, mundo este balizado pelas relações de exploração do trabalho dos operários e, por outro, de considerar as lutas sindicais frente a resistir estas explorações. Sendo assim, a

proposta educativa do PEZP materializa uma prática de formação política dos operários educandos, à medida que as temáticas abordadas nas aulas assegurem as discussões postas.

Já os objetivos gerais evidenciam a capacitação dos educandos para enfrentar os contextos político sindical ao oportunizar a aquisição de saberes escolares para luta em direção à cidadania e a politização para a tomada de posição dos operários. O que consideramos apontar para a formação política em sua última fase, a qual se refere a reflexão para a ação, entendendo que a finalidade da formação política é este resultado do agir e do como agir, a partir da reflexão do porquê agir e quais as consequências disso, no sentido da transformação dessa sociedade opressora.

Para finalizar, tratamos da nossa última parte da pesquisa, a análise das entrevistas, nela abordamos os aspectos que perpassaram a formação política no PEZP, com os quais pudemos extrair três categorias que emergiram do campo: o projeto como forma de levar a escolarização aos operários das obras potencializando a luta sindical; mudança de comportamento dos participantes a partir da entrada no projeto; contribuições além dos elementos da escolarização.

Sob a primeira categoria: o projeto como forma de levar a escolarização aos operários das obras e potencializar a luta sindical, a formação política foi evidenciada nas falas quando apontaram que, embora a ênfase seja a escolarização dos operários, o PEZP veio atender a uma necessidade do Sindicato para que por meio da alfabetização estes pudessem ler o informativo impresso do Sindicato e consequentemente melhorar a comunicação com sua direção e com isso construir uma consciência política que os possibilitam a participar da luta.

Sob a segunda categoria: mudança de comportamento dos participantes a partir da entrada no projeto, a formação política foi evidenciada quando as falas apontaram para os depoimentos dos educandos sobre as mudanças positivas que havia acontecido nas relações familiares e a partir da observação de suas posturas e posicionamentos frente ao cotidiano da obra e do Sindicato, principalmente ao questionarem sobre esta realidade de opressão e sobre os acontecimentos na esfera política de nosso país.

Sob a terceira categoria: contribuições do Projeto para além dos elementos da escolarização, a formação política foi evidenciada quando as falas apontaram para o protagonismo do Sindicato, ao se expandir o conceito de sala de aula no PEZP para além do espaço físico pensado com este propósito, de modo a problematizar as relações sociais nestes espaços (assembleia do sindicato) e enxergá-las enquanto conteúdo que está sendo gerado, seria possível extrair as lições educativas à medida que concebem as assembleias

como espaço de aprendizagem e de formação política, o que nos faz compreender o papel de organizador coletivo que cumpre o Sindicato.

Sendo assim, concluímos que a nossa questão-problema: Será que o Projeto de Escola Zé Peão contribui para a formação política dos seus educandos? Foi respondida de modo positivo, ressaltando que embora a ênfase do PEZP seja a escolarização dos operários, a formação política perpassa o Projeto pela maneira como é conduzida as discussões nas aulas através dos temas escolhidos para sua materialização, a metodologia adotada e à medida que o sindicato se envolve mais no processo formativo.

Contudo, queremos ressaltar que as questões suscitadas não se encerram nesta pesquisa, o campo mostrou uma variedade de desenvolvimento desta, diante das possibilidades, pode-se investigar por exemplo: Como que acontece a formação política no PEZP na perspectiva dos sujeitos educandos? Como a formação política pôde ser um diferencial na vida dos educando operários? A formação política é de interesse dos sindicatos na atualidade?

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. A educação de jovens e adultos em tempos de exclusão. In: **Construção coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos**. — Brasília: UNESCO, MEC, RAAAB, 2005. 362p. — (Coleção educação para todos);

BÁRBARA. Maristela Miranda. Contribuições da Cut para uma educação emancipadora. In: **Construção coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos**. — Brasília: UNESCO, MEC, RAAAB, 2005. 362p. — (Coleção educação para todos);

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é Educação Popular? São Paulo: Brasiliense, 2006.

BARDIN, L. (2011). Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70.

CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa em ciências humanas e sociais / Antonio Chizzotti. 5. Ed. — Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

COSTA, Cláudia Borges. GRAMSCI E A FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES. **Observatório em Debate**, Brasília, v. 1, p.180-195, set. 2014. Disponível em: <<http://observatorio.ifg.edu.br/index.php/obsdebate/article/view/69>>. Acesso em: 11 maio 2017

DESLANDES, Suely Ferreira. Pesquisa social: teoria, método e criatividade / Suely Ferreira Deslandes, Romeu Gomes, Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora). 27. ed. — Petrópolis, RJ : Vozes, 2008.

DI PIERRO, M. C. Contribuições do I Seminário Nacional de Formação de Educadores de Jovens e Adultos. In: SOARES, L. (Org.). Formação de Educadores de Jovens e Adultos. Belo Horizonte: Autêntica/MEC/ Unesco, 2006. p. 281-291.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. Política e educação. -5 ed. São Paulo: Cortez, 2001 v. 23;

_____. Educação e mudança. 26. Ed. São Paulo: Paz e Terra. 2002ª.

GRAMSCI, Antonio, 1891-1937. Cadernos do Cárcere, volume 1; edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. — Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999;

_____. Cadernos do Cárcere, volume 2; edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira.- 4ª ed.- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006;

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor. -4. Ed. — São Paulo, Cortez, 2008. — (Coleção Questões da Nossa Época; v. 71).

_____. Glória. Educação não formal e o educador social. Atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010. 104p

IRELAND, Timothy. Uma prática educativa com operários da construção. In: **Construção coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos**. — Brasília: UNESCO, MEC, RAAAB, 2005. 362p. — (Coleção educação para todos);

LAGE, Allene. Educação e movimentos sociais: caminhos para uma pedagogia de luta — Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

LAVILLE, Cristian; DIONNE, Jean. A construção do Saber: Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Tradução Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. — Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MILITÃO, Maria Socorro Ramos. Formação política e movimentos sociais: uma perspectiva gramsciana. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 28, n. 56, p.617-641, jun/dez 2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/25039>>. Acesso em: 11 maio 2017.

MONASTA, Attilio. Antonio Gramsci; tradução: Paolo Nosella. — Recife:Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.154 p.: il. — (Coleção Educadores);

PROGRAMA ESCOLA ZÉ PEÃO. Universidade Federal da Paraíba; Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e do Mobiliário de João Pessoa. Centro de Educação- João Pessoa (PB) 2017;

OLIVEIRA, Thiago Chagas. **Formação política e consciência de classe no jovem Gramsci (1916- 1920)**. 2007. 154 f. Tese (mestrado) - Curso de Pós Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007;

OLIVEIRA, Inês Barbosa de. As interfaces educação popular e EJA: exigências de formação para a prática com esses grupos sociais. Educação, Porto Alegre, v. 33, n. 2, p. 104-110, maio/ago. 2010

SILVA, Eduardo Jorge Lopes da. Práticas discursivas de formação de professores alfabetizadores de jovens e adultos em uma experiência de educação popular. Recife: 2011. 430f.

_____. Os princípios norteadores da prática político-pedagógica do Projeto Escola Zé Peão. In: **Aprendendo com o trabalho 25 anos da Escola Zé Peão**. Timothy Denis Ireland; Eduardo Jorge Lopes da Silva; Lindemberg Medeiros de Araújo (org). 1. Ed: Jundiaí, SP: Paco Editora, 2017.

_____. Paulo Freire e a educação popular libertadora dos homens/mulheres. In: **Paulo Freire: culturas, ética e subjetividade no ensinar e aprender**/ Eduardo Jorge Lopes, Roseane Maria de Amorim (organizadores). João Pessoa: Editora CCTA, 2018.

SILVA, José Ramos Barbosa da; FURTADO, Quézia Vila Flor. Os caminhos da alfabetização na Escola Zé Peão: aspectos históricos, teóricos e metodológicos. In: **Aprendendo com o trabalho 25 anos da Escola Zé Peão**. Timothy Denis Ireland; Eduardo Jorge Lopes da Silva; Lindemberg Medeiros de Araújo (org). 1. Ed: Jundiaí, SP: Paco Editora, 2017.